10 DE DEZEMBRO DE 2020
109ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: JANAINA PASCHOAL

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - JANAINA PASCHOAL
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Convoca uma reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se no dia 11/12, às 10 horas.
3 - FREDERICO D'AVILA
Informa ter participado da Assembleia Geral Aprosoja Brasil, para discutir os impactos do PL 529/20, sobre insumos e produtos agrícolas em todo o país. Alega que diversas empresas de produtos destinados a produção agrícola estariam considerando deixar o estado de São Paulo. Desaprova alterações tributárias em insumos farmacêuticos. Menciona entrevista em que o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, afirma que João Doria teria mentido a respeito de seu plano de imunização para o estado de São Paulo. Cita visita de Doria ao Vale do Ribeira. Denuncia descaso do Executivo com esse local.
4 - LETICIA AGUIAR
Comenta sobre as dificuldades enfrentadas neste ano. Informa fazer parte do grupo de Parlamentares em Defesa do Orçamento, que fiscaliza diversas ações do governo. Ressalta a necessidade de comprovação da eficácia da vacina CoronaVac. Alega que o governador de São Paulo estaria sendo separatista em relação ao restante do Brasil. Exibe vídeo em que o governador Ronaldo Caiado, de Goiás, frisa que o plano de vacinação contra a Covid-19 tem âmbito federal e não estadual. Pede transparência a respeito do processo de vacinação estabelecido pelo governador João Doria.
5 - DOUGLAS GARCIA
Presta apoio à fala da deputada Leticia Aguiar. Informa ter entrado com uma ação popular, no Ministério Público, solicitando a divulgação do contrato referente à contratação da empresa chinesa Sinovac. Faz leitura do parecer do órgão a respeito da ação citada. Diz ter enviado um ofício para a Anvisa requisitando o cancelamento da vacinação prevista para ter início no dia 25/01. Apresenta ofício assinado por diversos profissionais da Saúde que são contra o plano de imunização apresentado pelo governador do estado. Reprova o retorno à fase amarela da quarentena, no estado de São Paulo.
6 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Destaca a importância de haver transparência nos contratos entre o Governo de São Paulo e a empresa Sinovac.
7 - MAJOR MECCA
Denuncia a falta de transparência na contratação da empresa Sinovac. Comunica que o auxílio-funeral das famílias de policiais militares não é pago há quatro meses. Afirma que insumos como álcool em gel e máscaras são comprados com o recurso dos próprios policiais. Critica cobrança previdenciária de servidores aposentados que recebem abaixo do teto do regime geral da Previdência.
8 - FREDERICO D'AVILA
Compara o custo das vacinas CoronaVac e AstraZeneca. Exibe trecho de entrevista, em que o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, critica o plano estadual de imunização contra o coronavírus proposto pelo governo paulista. Tece críticas ao governador João Doria, a quem acusa de tentar usar a vacinação para fins políticos.
GRANDE EXPEDIENTE
9 - LETICIA AGUIAR
Tece considerações sobre o retorno à fase amarela do Plano São Paulo. Considera a redução de horário no comércio ineficaz no combate ao coronavírus. Defende a manutenção dos protocolos de higiene. Reflete sobre a movimentação no comércio no mês de dezembro. Critica o governador João Doria. Pede o apoio dos deputados para cobrar medidas da Secretaria de Desenvolvimento Social.
10 - DOUGLAS GARCIA
Discorre sobre reportagem de revista "Veja" sobre irregularidades encontradas em fábrica da Sinovac. Pede para que os relatórios enviados ao Instituto Butantan sobre o tema sejam encaminhados a esta Casa. Cobra a publicação do contrato firmado entre o estado e a empresa. Defende o uso de hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19. Repudia a politização da pandemia. Pede apoio aos pares para aprovação do PDL 42/20. Critica o governador João Doria. Tece considerações a respeito das eleições de 2022.
11 - FREDERICO D'AVILA
Cumprimenta entidades pela Ação Direta de Inconstitucionalidade enviada ao Tribunal de Justiça para impedir o aumento da alíquota de ICMS em diferentes produtos. Afirma que o governador não atende a região do Vale do Ribeira como mostra nas propagandas. Parabeniza o deputado Ed Thomas pela eleição em Presidente Prudente. Tece elogios à atuação do deputado. Lamenta o falecimento do presidente do Grupo Safra, Joseph Safra.
12 - MAJOR MECCA
Agradece o recebimento da Medalha Humaitá, no dia de hoje. Exalta os compromissos das forças militares. Cumprimenta os líderes de bancadas pelo andamento do PL 701/19, de sua autoria, que antecipa 20% do pagamento da indenização por falecimento de policiais. Tece críticas à atuação do governador João Doria durante a pandemia. Reflete sobre o retorno à fase amarela do Plano São Paulo. Defende o impeachment da citada autoridade.
13 - LETICIA AGUIAR
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
14 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 11/12, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Bem, muito boa tarde a todos. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior, recebendo o expediente.

Desde logo fazemos a seguinte convocação: Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 294, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se em ambiente virtual, transmitida ao vivo pela Rede Alesp no dia 11 de dezembro de 2020, sexta-feira, amanhã, às 10 horas da manhã, com a finalidade de apreciar a seguinte pauta: Projeto de lei nº 627, de 2020, que orça despesas e fixa receita do estado para o exercício de 2021. É um dos momentos mais importantes dos trabalhos desta Casa Legislativa.

Convoco também, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 294, ambos do Regimento Interno, reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se em ambiente virtual, transmitida ao vivo pela Rede Alesp no dia 11 de dezembro, sexta-feira, desta feita às 14 horas, com a finalidade de apreciar a seguinte pauta: Projeto de lei nº 627, que orça despesas e fixa receita do estado para o exercício de 2021, a LOA.

E, imediatamente, passo à leitura da lista dos oradores inscritos no Pequeno Expediente. Pois bem, deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Maurici. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal, que segue na Presidência. Deputado Marcos Damasio. (Pausa.)

Deputado Luiz Fernando da Silva. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado André do Prado. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada, que já esteve na Casa hoje, mas precisou se ausentar do momento do plenário em função de um procedimento de saúde. Deputada Adriana Borgo. (Pausa.)

Deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Daniel José. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Daniel José. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Ed Thomas. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Teonilio Barba. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.)

Na Lista Suplementar: deputado Agende Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) E deputado Frederico d'Avila. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. FREDERICO D'AVILA - PSL - Sra. Presidente, professora Janaina, queridos colegas, tive a honra de participar ontem da última assembleia geral da Aprosoja Brasil, da qual sou vice-presidente - vice-presidente da Aprosoja São Paulo e da Aprosoja Brasil -, realizada ontem na cidade de Brasília, encerrando o ano de 2020.

E a pauta principal, como é de conhecimento de todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas, está envolvida acerca do Projeto nº 529, que virou a Lei nº 17.293, que aumenta os impostos dos insumos e dos produtos agrícolas.

Como várias das pessoas das cidades não sabem, todos os deputados aqui são de regiões urbanas, a maioria, inclusive. Eu queria aproveitar aqui a deputada Leticia, que é lá da região de São José dos Campos, a Basf é lá em São José dos Campos, ela tem uma planta onde se fabricam muitos defensivos agrícolas.

Muitos insumos agrícolas são fabricados naquela planta da Basf e terão os seus produtos majorados com impostos a partir do ano que vem, por meio do Projeto nº 529, que se tornou Lei.

E o problema, deputada Leticia, é que o impacto que vai causar na produção agrícola não é só na produção agrícola paulista, mas na produção agrícola brasileira. Uma vez que esses defensivos, esses produtos saem aqui de São Paulo - nós temos a Syngenta na região de Campinas, também; nós temos a Ihara na região de Sorocaba -, vários dos insumos para a agricultura brasileira são produzidos aqui no estado de São Paulo pela facilidade logística e as plantas industriais modernas que nós temos aqui.

Semana passada, numa live com o presidente da CropLife Brasil, que reúne as empresas fabricantes de defensivos, o Christian Lohbauer, que até foi candidato a senador pelo Partido Novo nas últimas eleições, falou que várias empresas que têm a sua planta industrial aqui em São Paulo estão reestudando os investimentos para levar para outros estados após a aprovação do 529, que aumenta os tributos sobre defensivos e produtos agrícolas.

Então ontem, na assembleia geral da Aprosoja Brasil, eu consegui o depoimento de praticamente todos os presidentes das Aprosojas estaduais falando que a aplicação dessa alíquota de 4,14% sobre os defensivos e insumos agrícolas e depois também sobre os produtos agrícolas ao final vai causar problemas em todo o Brasil.

Tem depoimento desde a Pró-Soja Pará até o depoimento dos produtores da região de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, enfim, todos aqueles que demandam os defensivos, produtos, insumos que são fabricados aqui em São Paulo.

Não posso deixar de registrar, professora Janaina, que é inacreditável. Eu falei no começo desta semana - acho que o Major Mecca também estava aqui -, eu expus aqui uma tabela.

O Sr. João Doria e o Sr. Mauro Ricardo estão aumentando imposto sobre seringa, sobre agulha, sobre veículos recipientes de medicamentos, como cloreto de sódio, cloreto de potássio, dentifrícios.

É inacreditável, no meio de uma pandemia, você taxar insumos da área farmacêutica, sabendo que agora, caso venham as vacinas - ou a vacina, sejam elas quais forem -, vão ser aplicadas via seringa e via agulha. E agulha e seringa são agora taxadas com o incremento de ICMS da ordem de 12 a 14% pelo que eu pude avaliar e expor aqui.

Então, o governador João Doria... Eu aqui, como representante do setor agrícola, do setor Agro de São Paulo, me orgulho de fazer parte da Pró-Soja Brasil, que representa os produtores do Brasil inteiro.

Dizer que o Sr. João Doria, não satisfeito em combalir o agronegócio e a pequena agricultura paulista, agora também faz o mesmo na agricultura brasileira. A ação dele aqui está refletindo e irá refletir em outros estados da Federação, atingindo justamente a galinha dos ovos de ouro que é a agricultura.

Para finalizar, Sra. Presidente, eu queria parabenizar aqui o governador de Goiás, médico ortopedista, ex-senador da República, ex-deputado federal Ronaldo Caiado, que, durante entrevista ao José Luiz Datena, literalmente falou hoje de manhã que o governador João Doria é um mentiroso, é um marqueteiro, é um caluniador que mente e traz para si responsabilidades que são federais, como se ele fosse o presidente da República.

Ele não se cansa de chamar os "brasileiros de São Paulo", "os brasileiros de São Paulo". Ele não consegue assimilar até hoje que ele foi eleito governador de São Paulo, acha que é presidente da República.

Apesar de eu achar que ele tem outras reprimendas internas de cunho pessoal de que ele não conseguiu se libertar até o momento, eu acho que ele também não conseguiu entender que ele foi eleito para governar São Paulo, e não o Brasil.

A hora que ele for para as urnas e concorrer à Presidência da República, aí nós vamos ver exatamente o tamanho que ele tem no cenário político nacional, ainda mais agora, combalindo o setor do agro brasileiro e também do estado de São Paulo.

Como finalização, ele foi ontem ao Vale do Ribeira com o secretário da Agricultura e demais secretários, fez aqueles filmes "marquetológicos" fantásticos, que mostram o Vale do Ribeira quase como se fosse aqueles jungle tours da Disney, como se fosse uma coisa espetacular.

Parece uma propaganda da Disney de belezas naturais, de um resort assim, mas, quando você vai lá e entra em contato com a realidade do Vale do Ribeira, você vai achar estradas em péssimo estado de conservação, quando não intransitáveis; a agricultura, que praticamente vive da bananicultura, perseguida por integrantes do Ministério Público que se utilizam da sua cadeira para fazer política partidária; e um descaso total do Governo do Estado para com todas as áreas - Saúde, Segurança, Educação -, porque tem uma baixa densidade demográfica.

Então, é inacreditável como tem pessoas que ainda, apesar de ele ir lá como governador, o recebem com algum tipo de esperança de seriedade. Eu queria aqui por fim parabenizar ao governador Ronaldo Caiado por dizer exatamente, com todas as palavras, quem é esse governador picareta, mentiroso e fantoche.

É um boneco de pano no estado de São Paulo, que não tem noção da realidade do que aqui acontece e acha que, na sua cabeça cheia de devaneios e volúpias, é presidente da República.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Agradeço ao Sr. Deputado e, seguindo com a lista suplementar de deputados e oradores inscritos, chamo à tribuna a deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Léo Oliveira. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Sra. Deputada Leticia Aguiar. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos. De todo modo, como estamos praticamente em apenas cinco deputados, já estou concedendo comunicações na sequência.

A SRA. LETICIA AGUIAR - PSL - Obrigada, Sra. Presidente. Cumprimento a todos os deputados presentes, pessoal da técnica, funcionários, policiais militares e a vocês que nos assistem pela Rede Alesp, canal de comunicação importante para que a gente possa chegar até você, eleitor, população de São Paulo, desta forma, para esclarecemos muitas dúvidas no que tange ao governo de São Paulo, que nós temos a obrigação de fiscalizar.

O ano de 2020 foi bastante diferente, difícil e desafiador para todos: população, autoridades sanitárias, médicas e políticas. Foi difícil para todos entenderem o cenário que, de repente, aconteceu no Brasil e no mundo.

Muitas coisas aconteceram. Sempre foi necessário tomar decisões, encontrar um caminho para que as pessoas - principalmente a população - pudessem ter a segurança de que estão bem cuidadas e são o maior patrimônio do nosso País: o Brasil.

O que eu, particularmente, tenho observado, como parlamentar e mulher - mulher geralmente é mais observadora e mais detalhista -, é a maneira como o governador de São Paulo: João Doria, tem atuado neste momento de pandemia. Foi criado o Grupo PDO - Parlamentares em Defesa do Orçamento, do qual eu faço parte, e tenho muito orgulho disso, para acompanhar os gastos realizados pelo governo neste período crítico. Fomos visitar e fiscalizar hospitais, conferir contratos e compras. Encontramos diversas irregularidades que foram, prontamente, denunciadas.

A questão da vacina que todos estão aguardando ansiosamente, porque querem retomar a sua vida normal, também merece a nossa especial atenção. Muitas pessoas faleceram por causa da Covid. Presto minha solidariedade a essas pessoas e famílias. A vacina, acima de tudo, precisa ser eficiente.

Nós, enquanto gestores públicos, temos a responsabilidade de que essa vacina seja comprovadamente eficaz. Ela não pode ser um fator a mais de risco para a população e nem motivo para enriquecimento ilícito de quem quer que seja.

Esta semana nós vimos um pronunciamento do governador de Goiás: Caiado, em que ele se revolta com o governador João Doria. Eu não sei o que o João Doria quer. Esse objetivo que ele tem em separar São Paulo do restante do Brasil. Eu não sei o motivo dessa obsessão que ele tem em ser presidente da República. Não é, e, no que depender de mim, nunca será.

Eu peço, por gentileza, ao pessoal da técnica que coloque um vídeo, que eu trouxe para compartilhar com vocês. Trata-se da fala do governador de Goiás à respeito dessa maneira, desse posicionamento separatista do governador João Doria.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Analisem a fala coerente e responsável do governador Caiado: "Nós temos que seguir o Ministério da Saúde, o Plano Nacional de Imunização e Vacinação".

Nós temos que ser responsáveis com a população de São Paulo. Objetivos pessoais não podem estar acima do interesse das pessoas. Isso é muito sério. Nós queremos uma vacina comprovadamente eficaz, com a autorização da Anvisa, que tenha com o respaldo do Ministério da Saúde, para que a gente possa fazer um movimento em prol do País, sem esse separatismo.

É Brasil acima de tudo. Não é João Doria acima de tudo. As pessoas estão acima de tudo, de todos os interesses. É revoltante ver o governador João Doria utilizar das falas dele, das coletivas de imprensa, para apavorar as pessoas, objetivando amedrontar a população, colocando os paulistas contra o governo federal. Além disso, levando outros governadores contra o governo federal. Essa atitude é de uma irresponsabilidade enorme. Nós não podemos nos calar diante disso.

A eficácia da vacina precisa ser comprovada. Nós precisamos saber os custos desse imunizante. Por que o João Doria quer tanto, a todo custo, fazer a vacina nos moldes dele, atropelando, inclusive, a soberania do País e o governo federal? É muita arrogância! É muita soberba! É muita vontade de ser tirano. Essa queda de braço não ajuda em nada. Não ajuda o País e nem as pessoas.

Vim a esta tribuna para reforçar o meu posicionamento, enquanto parlamentar, como cidadã, mulher e mãe, e dizer à população paulista que nós, deputados, estamos fazendo a nossa parte. Estamos tentando combater os abusos do governador João Doria, utilizando de todas as ferramentas regimentais e jurídicas que nós temos, principalmente, a nossa fala: o Parlamento, "parlar", falar e representar você: população paulista.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Eu agradeço, Sra. Deputada, e sigo aqui na lista dos oradores inscritos. Imediatamente, chamo à tribuna o Sr. Deputado Douglas Garcia, que terá o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sra. Presidente, deputada Janaina Paschoal. Eu quero aqui cumprimentar todos os deputados presentes, todos os servidores da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Quero também cumprimentar principalmente a deputada Leticia Aguiar pela sua fala. Concordo em gênero, número e grau. Meus parabéns, deputada Leticia Aguiar. Sempre uma deputada bastante combativa com relação aos valores conservadores e de liberdade, também, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Tenho um grande apreço e um grande respeito por Vossa Excelência.

Aproveitando, deputada Leticia Aguiar, que a senhora citou esse tema a respeito da vacina, eu gostaria de continuar. Eu entrei com uma ação na Justiça, uma ação popular pedindo várias coisas, dentre elas a publicação do contrato, do acordo que foi feito entre João Doria e a Sinovac.

Por quê? Porque nós tivemos o governador do estado gastando 90 milhões de reais desse contrato para com a empresa chinesa. E, de acordo com uma fala que, eu lembro, foi feita pela própria deputada Janaina Paschoal, parece que aquilo que chegou à CNN é diferente do que foi repassado do Governo do Estado para esta Assembleia Legislativa, para alguns deputados.

Então, é necessário a gente ver qual dos dois lados está mentindo, qual dos dois lados está dizendo a verdade. O que estão escondendo essas cláusulas que dizem ser confidenciais, por parte da CNN Brasil. Por causa disso, eu entrei com essa ação popular no Tribunal de Justiça, e ontem, para nossa alegria, o Ministério Público do Estado de São Paulo se manifestou através da promotora de Justiça.

Eu quero aqui parabenizar, inclusive, a opinião do Ministério Público, o parecer do Ministério Público, pela quarta promotora de Justiça de mandados de segurança, a Dra. Carla Maria Altavista Mapelli, que decidiu, que opinou, que fez aqui, no seu parecer direcionado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo... Com relação à minha ação popular, deputada Janaina Paschoal, veja só o que ela disse:

"Não é aceitável o Poder Executivo gastar 90 milhões na vacina CoronaVac e simplesmente negar-se a prestar contas à população, que é fundamento-fim para o desenvolvimento da vacina.

A conduta adotada pelo Poder Executivo está em desalinho com os princípios da moralidade e transparência da gestão pública e prestação de contas, devendo o contrato vir a ser apresentado nos autos".

E ela ainda continua: "Ressalto: há um franco desalinho de conduta quando contrapomos, de um lado, a paralisação do comércio, escolas, da vida de toda uma sociedade, onde o estado pede que os cidadãos se conscientizem e cooperem com o estado de outro.

O Poder Executivo se põe a elaborar uma vacina de 90 milhões, sob sigilo total de termos de contrato, termos médicos. Em qual momento, exatamente, deixamos de ser um Estado Democrático de Direito? Em qual momento as contas e contratos do Poder Executivo não se submetem mais à premissa das transparências dos gastos públicos?".

Parabenizo, aqui, esse parecer excelente, digno de um membro do Ministério Público do Estado de São Paulo, a promotora de Justiça. Parabenizo aqui porque, Srs. Deputados, nós precisamos fazer com que as instituições trabalhem a favor do povo.

E agora está na mesa da juíza que irá decidir a respeito dessa ação popular que eu impetrei na Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vindo à luz, trazendo à luz aquilo que o governador do estado de São Paulo, João Doria, parece que quer esconder.

Dentro disso, senhores, também falo da preocupação com relação à obrigatoriedade da vacina. Sequer houve qualquer tipo de manifesto da Anvisa. E o governador do estado de São Paulo já marcou para o dia 25 de janeiro as primeiras doses a serem aplicadas, o que é um verdadeiro absurdo.

Eu enviei um ofício à Anvisa, sim, pedindo a não autorização para a distribuição da vacina, porque o governador não está trabalhando com transparência em todo esse processo. Não trabalhou com transparência, vazou, ao que parece, dados para a CNN, e não quer publicar o contrato. Está tudo muito estranho, está tudo muito obscuro; parece que ele está querendo esconder alguma coisa.

E, aproveitando e falando sobre a obrigatoriedade da vacina, Janaina Paschoal, aproveitando que a senhora está aqui: eu enviei um ofício aos deputados que fazem parte da Comissão de Saúde - V. Exa. também faz parte da Comissão de Saúde -, com diversos argumentos e apontamentos técnico-científicos de médicos, centenas de médicos. Aqui os senhores podem ver também o nome dos médicos, junto com o CRM etc.

Esses médicos são contra a obrigatoriedade da vacina e apontam as razões de por que é perigoso. E principalmente essa vacina que está sendo feita às pressas, o que é um verdadeiro absurdo. O governador João Doria esquece que ele está tratando com vidas. Para concluir, Sra. Presidente: ele esquece que ele está tratando com a saúde das pessoas. É muito perigoso. E é por isso que esta Assembleia precisa se debruçar sobre isso.

Deixo à disposição dos deputados da Comissão de Saúde esse parecer técnico de diversos médicos, centenas de doutores que estão assinando contra a obrigatoriedade da vacina aqui no nosso estado.

Também, nós tivemos o Ministério Público do Estado de São Paulo pedindo ao governador do estado de São Paulo para que publique esse acordo obscuro que ele fez com a empresa chinesa Sinovac.

E, com relação ao meu PDL 42, que tramita nesta Casa, eu ouvi alguns deputados dizendo que nós não somos médicos para decidir a respeito da quarentena. Ora, o governador do estado também não é médico.

Mas, aproveitando que nós estamos falando deste tema, eu recebi apoio de uma instituição chamada Médicos Pela Liberdade e de várias instituições e associações de medicina. Dentre elas, eu quero citar Médicos Pela Liberdade: cerca de 200 médicos que assinaram esse apoio ao meu PDL, PDL 42, que tramita aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que retorna à fase verde.

Então, só para responder aos deputados, aos promotores, ao juiz, a todos aqueles que trabalham em instituições: nós estamos respaldados, sim, pela Ciência, pela Medicina, por tudo aquilo que traz à nossa população o que ela merece, a transparência nas ações do Poder Público.

E esta Assembleia precisa dar o exemplo, e nós vamos dar o exemplo, fazendo com que nós voltemos à fase verde, mostrando para o governador que ele não manda no Poder Legislativo, que ele não manda simplesmente da forma com que bem entender, no estado de São Paulo.

Ele precisa conversar com a Assembleia Legislativa, precisa conversar com os prefeitos, porque nós temos muitos prefeitos que são contra esse fechamento do comércio com uma hora de antecedência, são contra essa frescura de que, se comer em pé, vai pegar coronavírus; se comer sentado, não vai pegar coronavírus. Eu nunca vi isso.

Então, existem muitas coisas que precisam ser corrigidas. Eu tenho certeza de que o nosso decreto legislativo, aqui na Assembleia Legislativa, pode corrigir e trazer a liberdade que a população tanto almeja

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Eu que agradeço, Sr. Deputado, e cumprimento V. Exa. pelo sucesso na ação. Independentemente do posicionamento concernente à vacina, à obrigatoriedade ou não, o dever de publicidade e transparência é o princípio norteador da Constituição Federal, da Constituição Estadual.

O acesso pleno a essa contratação é algo muito importante para a população paulista, para a população brasileira e para as próprias autoridades envolvidas, a fim de que fique claro que o objetivo é nobre. Então, a fala da promotora nos autos é concernente aos princípios constitucionais, à legislação vigente. Quero crer que o contrato será entregue, independentemente até de ordem judicial, porque esse é o certo.

Seguindo aqui com a lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna o nobre deputado Major Mecca, lembrando que V. Exa. tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a todos que nos acompanham pela TV Alesp e pelas redes sociais. Na verdade, nós estamos diante de um problema gravíssimo no estado de São Paulo, que é a falta de transparência.

Está para ser votada aí, na próxima semana, a Lei Orçamentária Anual. Nós votaremos um Orçamento de mais de 349 bilhões de reais para o nosso estado, e, dentre a destinação desse recurso a todas as pastas, o que nos preocupa - e muito - como parlamentares, como fiscalizadores das ações do Poder Executivo, é a forma como esse dinheiro é empregado.

O governo não tem transparência em relação ao dinheiro dos nossos impostos que é gasto dentro do estado de São Paulo. Nós não sabemos. O absurdo de todos nós tomarmos conhecimento de um contrato do Governo do Estado de São Paulo feito com outro país, com a Sinovac, com o Laboratório Sinovac, da China, através de um veículo de imprensa beira a um ato criminoso. Isso é improbidade, é desonestidade, e nós não podemos nos omitir de apurar, de correr atrás de como o Governo do Estado de São Paulo está gastando o nosso dinheiro, o dinheiro que o povo paga os seus impostos.

Eu recebi mais outras denúncias. É algo extremamente triste e nos leva a crer que algo de muito sério acontece dentro do Governo do Estado de São Paulo, motivo pelo qual nós estamos construindo aí a quarta peça de impeachment. O auxílio-funeral a que as famílias dos policiais militares mortos têm direito pela Lei Complementar 1.012, de 5 de julho de 2007, está há mais de três meses atrasado.

Nós ficamos sabendo disso pela confiança que a tropa sempre teve na gente. Por mais de 31 anos servi à Polícia Militar do Estado de São Paulo. Os familiares dos policiais se socorrem em nós, parlamentares, pedindo auxílio, pedindo socorro. E há mais de três, quatro meses que o Governo do Estado de São Paulo não paga o auxílio funeral aos familiares dos policiais militares.

Digo ao senhor, secretário de Segurança Pública, e ao Sr. Governador João Doria: isso nós detectamos dentro da casa do policial, do finado policial. Eles têm medo, eles têm medo de sofrerem consequências se forem reclamar. Olhe o nível, olhe o